

Excelentíssimo Senhor  
Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal

**HABEAS CORPUS**

“A liberdade de expressão não tem uma dimensão apenas individual – o direito de emitir opiniões e compartilhar informações e ideias –, mas se caracteriza também como um direito coletivo ou difuso de ter acesso a ideias e informações divulgadas por outros. A liberdade de expressão é um direito que incide não sobre um dos sujeitos da comunicação isoladamente, mas sobre o processo comunicativo como um todo, o qual é essencial à democracia e à própria interação humana. Conhecer o pensamento dos demais é tão importante quanto expressar o próprio” (Leonardo Valles Bento).

**MOYSÉS ELVAS BARJUD**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/PI sob o n. 5399-B, com endereço à Rua Prof. Maria Barbosa Meneses, Quadra H, Lote 12, Condomínio Consórcio das Águas, Bairro Josué Parente, Bom Jesus/PI, CEP 64900-000, vem, com mútuo respeito perante Vossa Excelência, com fundamento no art. 5º, LXVIII, e 102, I, letra d, da Constituição Federal, impetrar a presente Ordem de **HABEAS CORPUS** em favor dos sítios eletrônicos **O Antagonista**, **Revista Crusoé** e seus respectivos representantes legais, à conta de se acharem os mesmos sofrendo constrangimento ilegal, figurando como Autoridade Coatora o Excelentíssimo Senhor Ministro Alexandre de Moraes, condutor do Inquérito n. 4.781-STF instaurado por força da Portaria GP-STF n. 69, de 14 de março de 2019, conforme adiante será exposto:

**01.** O impetrante, que por direito de cidadania que lhe assegura seu registro civil doravante será chamado apenas de Povo, considera-se legítimo para manifestar sua irresignação - que é coletiva - ante a censura imposta pelo Ministro Alexandre de Moraes aos veículos de Imprensa Crusoé e O Antagonista.

Já acomodado com a realidade da emoção do voto seguida da frustração dos janeiros, aqui e acolá externada somente até o festivo fevereiro (após o qual o corpo resta deveras fadigado para reclamar) resta ao Povo acompanhar pela imprensa a sequela da calamidade por ele causada.

Nesse contexto, é um tanto incômodo saber que essa faculdade foi-lhe tolhida justamente por alguém que, por atribuição institucional, deveria ser o protetor de sua certidão de nascimento: a Constituição Federal, aquela que cria e conceitua a cidadania; que é o sobrenome do Povo (ao menos deveria ser, posto mais adequado lançar o “Alienado” para o rol dos apelidos).

Quando alguém, ao ler uma nota em jornal que supostamente o ofenda, rasga a página e a joga no lixo, confessa ser incapaz de assimilar informação, digerir e tomar decisões defensivas adequadas. Agora, quando ele pelo mesmo motivo rasga a página do jornal pertencente a outra pessoa, ele simplesmente foi desrespeitoso e invasivo. Leia e guarde seu jornal. Se ofensiva e inverídica a informação, a lei assegura o direito à reparação de danos e à resposta com mesmo alcance da suposta ofensa. Impedir a notícia, nunca! Isso priva o Povo, inclusive, de torcer para que o presidente do STF tenha sua honra lavada ante a ofensa à sua integridade! Ou acham que o Povo torce para que ele seja o bandido? De maneira alguma. O País já nos oferece espontaneamente vergonhas demais, prescindindo assim que forcemos situações.

Quando a imprensa é afastada e, com isso, tolhido do Povo o acesso à informação, da pior forma informado já está: se obscurecem o cenário é porque algo deve ficar escondido. Esse algo não é a honra do ministro, amparada legalmente pelo direito de resposta e de reparação de danos. Esse algo só pode ser o inconfessável, que tem na censura a única forma de mantê-lo no breu, onde proliferam os fuxicos, as certezas individuais, tudo que de precipitado pode ocorrer onde não e se permite a verdade, esta sinônimo de luz.

Perdoe-me o ministro. Não está sendo aqui prejulgado, apenas informado que a censura é que o tornou culpado, não a matéria vedada.

**02.** Partindo, pois, o ato combatido de um inquérito de índole criminal que visa apurar “notícias fraudulentas (*fake news*), denuncias caluniosas, ameaças e infrações revestidas de *animus caluniandi, diffamandi ou injuriandi*, que atingem a honorabilidade e a segurança do Supremo Tribunal Federal, de seus membros e familiares, extrapolando a liberdade de expressão”, conforme despacho inicial datado de 19 de março de 2019, justa a impetração deste remédio constitucional (o termo remédio é ajustadíssimo à hipótese) visando proteger a liberdade de locomoção dos responsáveis pelos sítios ora pacientes, já amordaçados pela decisão combatida.

Neste contexto técnico, caso assim entenda Vossa Excelência e invocando o princípio da instrumentalidade, o presente remédio poderá ser conhecido como Mandado de Segurança. Esclarece ainda o fato de não respaldar suas razões em doutrina e jurisprudência. É que o impetrante aprendeu Direito Constitucional pela doutrina da própria Autoridade aqui apontada como Coatora e que agora rasga a Constituição. Outrossim, não há jurisprudência

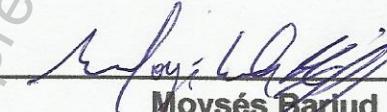
onde não há precedente! O último ato semelhante data de 13 de dezembro de 1968, logo, anterior à Constituição Cidadã de 1988.

**03.** Diante de todo o exposto, requer:

- a) Que seja notificada a Procuradoria Geral da República para manifestar-se no feito, especialmente informando se existe no inquérito 1365/2015 informação que teria sido entregue pelo colaborador Marcelo Odebrecht em que ele afirma que a descrição "amigo do amigo de meu pai" refere-se ao presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli, já que o fato de não ter a PGR recebido tais informações por parte da Polícia Federal não induz à conclusão de falsidade (fake news), premissa esta precipitadamente utilizada pela Autoridade Coatora e configura o cerne de todo o imbróglio;
- b) Que seja notificado o Delegado da Polícia Federal responsável pelo inquérito 1365/2015, inserido no âmbito da Operação Lava Jato, para que informe se é verídico que o colaborador Marcelo Odebrecht afirmou que a descrição "amigo do amigo de meu pai" refere-se ao presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli;
- c) Que seja notificada a Autoridade aqui apontada como Coatora para que, com a maior brevidade possível, apresente as informações que entender necessárias;
- d) Ao final, que seja declarada insubstancial a decisão combatida e revogados todos os seus efeitos, restaurando-se a legalidade, a saúde do Estado Democrático e consagrando a liberdade de expressão como pilar de uma sociedade livre, que tem na imprensa sua visão, conforme bem comparou Rui Barbosa.

Pede deferimento.

Bom Jesus/PI, 16 de abril de 2019.



---

Moysés Barjud

Advogado – OAB/PI 5399B

## INQUÉRITO 4.781 DISTRITO FEDERAL

**RELATOR** : MIN. ALEXANDRE DE MORAES  
**AUTOR(A/S)(ES)** : SOB SIGILO  
**ADV.(A/S)** : SOB SIGILO

### DECISÃO

Trata-se de inquérito instaurado pela Portaria GP Nº 69, de 14 de março de 2019, do Excelentíssimo Senhor Ministro Presidente, nos termos do art. 43 do Regimento Interno desta CORTE, para o qual fui designado para condução, considerando a existência de notícias fraudulentas (fake news), denunciações caluniosas, ameaças e infrações revestidas de *animus caluniandi, diffamandi* ou *injuriandi*, que atingem a honorabilidade e a segurança do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, de seus membros e familiares, extrapolando a liberdade de expressão.

O Presidente desta CORTE, Exmo Sr Ministro DIAS TOFFOLI, autorizou, em 12 de abril de 2019, a investigação de matérias veiculadas pelo site O Antagonista e Revista Cruzoé, conforme mensagem abaixo reproduzida:

"Exmo Sr Ministro Alexandre de Moraes  
Permita-me o uso desse meio para uma formalização, haja vista estar fora do Brasil.

Diane de mentiras e ataques e da nota ora divulgada pela PGR que encaminho abaixo, requeiro a V. Exa.

Autorizando transformar em termo está mensagem, a devida apuração das mentiras recém divulgadas por pessoas e sites ignóbeis que querem atingir as instituições brasileiras".

É o breve relato.

DECIDO.

A Constituição Federal consagra a plena liberdade de manifestação

**INQ 4781 / DF**

do pensamento, a criação, a expressão, a informação e a livre divulgação dos fatos, no inciso XIV do art. 5º, protegendo-os em seu duplo aspecto, como ensinado por PINTO FERREIRA, tanto o *positivo, ou seja, proteção da exteriorização da opinião, como sob o aspecto negativo, referente à proibição de censura* (**Comentários à Constituição brasileira**. São Paulo: Saraiva, 1989. V. 1, p. 68).

A plena proteção constitucional da exteriorização da opinião (*aspecto positivo*) não significa a impossibilidade posterior de análise e responsabilização por eventuais informações injuriosas, difamantes, mentirosas e em relação a eventuais danos materiais e morais, pois os direitos à honra, à intimidade, à vida privada e à própria imagem formam a proteção constitucional à dignidade da pessoa humana, salvaguardando um espaço íntimo intransponível por intromissões ilícitas externas.

Dessa maneira, conforme tive oportunidade de enfatizar em diversos casos submetidos à minha relatoria, eventuais abusos porventura ocorridos no exercício da liberdade de expressão são passíveis de exame e apreciação pelo Poder Judiciário, com a cessação das ofensas e direito de resposta (Rcl 33.040, Dje de 18/2/2019; Rcl 31.858, Dje de 26/9/2018; Rcl 31.130, Dje de 29/8/2018; Rcl 30.203, Dje de 30/4/2018).

É exatamente o que ocorre na presente hipótese, em que há claro abuso no conteúdo da matéria veiculada, ontem, 12 de abril de 2019, pelo site O Antagonista e Revista Crusoé, intitulada “O amigo do amigo de meu pai”.

A gravidade das ofensas disparadas ao Presidente deste SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, no teor da matéria, acima mencionada, provocou a atuação da PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA, que publicou a seguinte nota de esclarecimento:

“Ao contrário do que afirma o site O Antagonista, a Procuradoria-Geral da República (PGR) não recebeu nem da força tarefa Lava Jato no Paraná e nem do delegado que preside o inquérito 1365/2015 qualquer informação que teria sido entregue pelo colaborador Marcelo Odebrecht em que ele afirma que a descrição “amigo do amigo de meu pai” refere-se

**INQ 4781 / DF**

ao presidente do Supremo Tribunal federal (STF), Dias Toffoli”.

Em resposta à nota emitida pela PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA, O Antagonista, ainda ontem, reiterou o conteúdo da sua primeira publicação – o que agrava ainda mais a situação, trazendo, ao caso, contornos antidemocráticos.

Obviamente, o esclarecimento feito pela PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA tornam falsas as afirmações veiculadas na matéria “O amigo do amigo de meu pai”, em típico exemplo de *fake news* – o que exige a intervenção do Poder Judiciário, pois, repita-se, a plena proteção constitucional da exteriorização da opinião (*aspecto positivo*) não constitui cláusula de isenção de eventual responsabilidade por publicações injuriosas e difamatórias, que, contudo deverão ser analisadas sempre *a posteriori*, jamais como restrição prévia e genérica à liberdade de manifestação (Rcl 33.040, Dje de 18/2/2019; Rcl 31.858, Dje de 26/9/2018; Rcl 31.130, Dje de 29/8/2018; Rcl 30.203, Dje de 30/4/2018).

Em razão do exposto DETERMINO que o site O Antagonista e a revista Cruzoé retirem, imediatamente, dos respectivos ambientes virtuais a matéria intitulada “O amigo do amigo de meu pai” e todas as postagens subsequentes que tratem sobre o assunto, sob pena de multa diária de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), cujo prazo será contado a partir da intimação dos responsáveis.

A Polícia Federal deverá intimar os responsáveis pelo site O Antagonista e pela Revista CRUSOÉ para que prestem depoimentos no prazo de 72 horas.

Cumpre-se imediatamente.

Servirá esta decisão de mandado.

Brasília, 13 de abril de 2019.

**Ministro ALEXANDRE DE MORAES**

**Relator**

*Documento assinado digitalmente*